

## SOCIEDADE, ESCOLA, CURRÍCULO E MULTICULTURALISMO: ALGUMAS REFLEXÕES

*Aliandra Cristina Mesomo Lira*<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a escola e a atuação do pedagogo nos contextos educacionais atuais, a partir das proposições de alguns autores que destacam o caráter educativo multicultural que tanto a sociedade como a escola devem assumir. Para tal discussão busca-se fazer uma breve reflexão sobre cultura, escola, currículo e multiculturalismo, enfatizando ações e compreensões que se tornam imprescindíveis ao pensar e fazer educacional na atualidade.

**Palavras-chave:** escola, currículo, multiculturalismo.

### Some reflections on society, school, curriculum and multiculturalism

### Abstract

Current research discusses the school's and the pedagogue's role within the educational context through reflections by authors who enhance the multicultural education characteristics that society and school should assimilate. A brief analysis on culture, school, curriculum and multiculturalism shall be undertaken, with special emphasis on activities and understandings that are part and parcel within present educational thought and policy.

**Key-words:** school, curriculum, multiculturalism.

### INTRODUÇÃO

Embora em alguns momentos da história tenham sido destacados diferentes traços culturais das sociedades e características individuais dos indivíduos que dela fazem parte, a valorização e reconhecimento destas diversidades ainda é recente e está em construção. Resultado de embates e lutas individuais e coletivas o avanço nas compreensões e ações que levam em conta o valor e a importância da diversidade em todos os âmbitos também começa a adentrar a escola e a fazer parte do discurso das pessoas que estão com ela envolvidas.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste, em Guarapuava, Paraná.

Os esforços para organizar o conhecimento escolar em termos de currículo não podem privilegiar estilos ou grupos diferenciados na medida em que lidam com o conhecimento, mas também percepções de mundo e concepções de sujeito. Isto deve ser considerado por todos aqueles envolvidos com a educação, em especial professores que lidam diretamente com crianças e adultos em condição de aprendizagem.

## **A ESCOLA E O PEDAGOGO/PROFESSOR NA HISTÓRIA: ALGUNS DETERMINANTES**

A complexidade da sociedade e a consideração das diversidades culturais abriram campo para a discussão de propostas e perspectivas que abarcam a idéia do multiculturalismo em educação. No entanto, por diversos fatores, o reconhecimento de uma sociedade multicultural não tem garantido uma educação multicultural.

Nesse sentido, ao pensarmos no papel/atuação do pedagogo nos dias atuais é imprescindível levarmos em conta algumas características históricas que apontam os determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais que influenciaram na organização e funcionamento dos sistemas educacionais.

Uma revisão histórico-crítica da função do pedagogo e da escola em nossa sociedade revela que estes não são campos de ação neutros, muito pelo contrário, tanto as escolas como os profissionais que nela atuam estão envolvidos na trama social e suas ações e intenções sempre estão conectadas a um projeto político-educacional, que pode servir aos interesses de todos ou não. Assim, podemos reconhecer “[...] o processo de escolarização através dos sistemas de idéias e das formas institucionais que permitem que seus objetos sejam compreendidos e pensados e que se aja sobre eles. As formas de raciocínio sobre a escola são sistemas de inclusão e exclusão na medida em que categorias, diferenciações e distinções particulares são aplicadas às rotinas e ações do processo de escolarização” (POPKEWITZ, 2002, p. 183).

O complexo e lento processo de democratização da sociedade que se intensificou a partir das últimas décadas perpassa o conjunto das instituições escolares, levando a escola a redefinir seu significado na dinâmica social. Tedesco (2001), em uma abordagem desafiadora, discute a vivência de uma nova revolução na escola, resultado de uma também nova crise da educação. Segundo ele, diante da nova realidade social a angústia da escola de não conseguir resultados satisfatórios (por exemplo, não conseguir alfabetizar uma criança) se reconfigura na atualidade, passando a própria instituição escolar a se questionar (e também a ser questionada) sobre qual deve ser o seu papel, enfim o que ela deve buscar. “A crise já não provém da forma deficiente de como a educação cumpre os objetivos sociais que lhe são atribuídos, mas, o que é ainda mais grave, do fato de não sabermos que finalidades ela deve cumprir e para onde efetivamente deve orientar suas ações” (p. 15).

No percurso da história de uma educação formadora de elites e extremamente seletiva do início do século XX, avançamos, a passos lentos e

não sem lutas e embates, para uma compreensão da necessidade de contextos educacionais e sistemas de ensino que levem em conta as diferenças e que não almejem uma homogeneidade, tanto na escola como na sociedade.

De uma função de mero executor dos programas oficiais o pedagogo seguiu, principalmente na última década, no sentido de uma postura mais crítica frente às determinações oficiais. Procurando envolver-se em um projeto de trabalho coletivo que estabeleça parcerias e facilite e valorize a troca de experiências, estabelecem-se novos paradigmas para a ação deste profissional, sempre pensando no seu objetivo final que é o aluno.

Cabe ressaltar que até nos cargos considerados de gestão educacional (direção, supervisão, coordenação escolar) o pedagogo passa a sentir-se incomodado como mero elemento executor, fiscalizador e reforçador do sistema instituído. A importância dessas funções, principalmente a de coordenador – tanto nas escolas como nas universidades – cresce a cada dia na medida em que é latente a necessidade de expansão das relações e ligações que, tanto os alunos como os professores, estabelecem. A informática e a mídia, por exemplo, tornaram premente um maior contato entre as pessoas e permitem uma troca de informações e conhecimentos inimaginável nos tempos da escola tradicional e que precisa ser considerada nos dias atuais.

Nesse contexto, o papel do coordenador/supervisor/professor na escola não é mais aquele de estabelecer ou apontar um caminho a ser seguido ou de apenas transmitir conhecimentos, mas sim, de possibilitar liberdades e incitar relações na direção da construção de conhecimentos. Saviani (1999) aponta a necessidade de compreender estas funções como precisamente políticas e não principalmente técnicas, buscando uma ação coletiva e mais democrática, que supere o aspecto controlador que tais funções historicamente carregam.

Além de um maior investimento na formação de professores, da democratização do acesso à escola, de inúmeras campanhas de combate ao analfabetismo, da adoção de novas teorias de ensino, dentre outros aspectos, fala-se, já há algum tempo, de uma educação e de sistemas de ensino que abarquem o conceito de multiculturalismo.

## **EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E MULTICULTURALISMO**

Nas produções teóricas contemporâneas da área educacional as perspectivas mais críticas, em geral, se deslocam para uma análise do campo da educação a partir da cultura, levando em conta o caráter multicultural das sociedades, principalmente ocidentais. Nesta perspectiva multicultural ganham relevância as discussões acerca do currículo e de suas implicações no universo educacional.

Para Moreira (2001), Oliveira e Miranda (2004), dentre outros, as respostas que o currículo tem dado a esta centralidade da cultura e ao caráter multicultural da realidade social têm sido denominadas multiculturalismo, ou

multiculturalismo crítico. Para Moreira (2002) o termo multiculturalismo tem sido empregado para indicar “[...] o caráter plural das sociedades contemporâneas, essa condição inescapável do mundo atual, à qual se pode responder de diferentes formas, mas não se pode ignorar” (p. 1).

Nesse contexto, os autores chamam a atenção para a urgência de uma re-significação da escola e do currículo propondo um espaço de reinvenção das narrativas que formam identidades homogêneas, colocando em destaque o debate sobre novas formas de inclusão de sujeitos sociais com representação minoritária como, por exemplo, os negros, as mulheres, os homossexuais, as crianças, as crianças e os adultos com necessidades especiais etc.

Na medida em que o currículo é a parte da cultura que é trazida para a escola entende-se que a cultura é a geradora das escolhas de ensino. De acordo com Bujes (1998)

O terreno da cultura é um espaço em que se manifestam as diferenças, as desigualdades, os mais diversos interesses do diferentes grupos e classes, mas, também, divisões que dizem respeito à raça, gênero, etnia, idade, religião, convicção política, etc. Neste campo, também, aparece a vontade de ascendência de uns sobre os outros, a vontade de poder. Portanto, se o currículo é visto hoje numa estreita correspondência com a cultura na qual ele se organizou, ele é também o resultado sempre precário de lutas e atravessamentos que se dão no campo social, diferentes em cada momento da história humana (p.6).

Para Veiga-Neto (2002) o currículo imprimiu uma ordem geométrica e disciplinar aos saberes e sua distribuição ao longo dos tempos da escola. Deste modo, funcionou “[...] como a máquina principal dessa grande maquinaria que foi a escola na fabricação da Modernidade” (p. 1). Instaurou novas práticas, novas distribuições, novos significados, colocando em atuação refinados dispositivos de ordenação, prescrições e disciplinamento.

Desta forma, o currículo, como princípio ordenador do conhecimento escolar “[...] é uma coleção de sistemas de pensamento que incorporam regras e padrões através dos quais a razão e a individualidade são construídas. As regras e padrões produzem tecnologias sociais cujas conseqüências são regulatórias” (POPKEWITZ, 2002, p. 194).

Em outra direção, que abarca o multiculturalismo, considerar as multiculturas e as diferenças implica pensar um currículo que não seja baseado em ordens ou disposições, conteúdos e procedimentos que se orientem em uma única direção e sim, pensar em um projeto que acolha a todos, onde as singularidades ganhem visibilidade na totalidade e não sejam ignoradas ou negadas em nome de um projeto único.

Diante disso, o papel do pedagogo na formulação e questionamento das políticas oficiais e currículos é muito importante na medida em que esses programas trazem implicações na produção de identidades que podem ou não reforçar diferenças. Uma vez que relações culturais e étnicas são permeadas por relações de poder sabemos que é muito difícil a atuação do pedagogo

nessas redes, porém, mesmo nessa conjuntura, torna-se imperativo questionar-nos sobre como a escola aborda as relações raciais e de gênero e se realmente ela está preocupada com uma educação multicultural. Para isto, praticar uma exclusão excludente (VEIGA-NETO, 2002) não basta.

Se pensarmos em uma educação de fato inclusiva torna-se primordial que materiais didáticos, práticas docentes e políticas curriculares desempenhem o papel de promotores do reconhecimento das diferenças, orientando os envolvidos com a educação no processo de transmissão cultural e discussão acerca das culturas e identidades dos sujeitos da educação (OLIVEIRA e MIRANDA, 2004).

Um projeto de educação que leve em conta os envolvidos deve considerá-los em seu cotidiano sem esquecer a totalidade da organização estrutural da sociedade. Isto significa considerar as conexões da cultura com as relações materiais e principalmente compreender as diferenças nas contradições sociais em um contexto de opressão, dominação e exploração, questionando as desigualdades sociais e não as diferenças culturais.

## **PERSPECTIVAS MULTICULTURAIS**

Nesta reconfiguração do papel da escola e dos professores, além de uma redefinição das funções e ações da instituição, tornou-se imprescindível pensar um projeto político-pedagógico que abarque as aspirações e necessidades de contextos multiculturais. Assim, não podemos desconsiderar a importância de pensarmos sobre o currículo de nossas escolas já que este é o principal lugar e meio onde os sujeitos são constituídos, desde a infância. O pedagogo precisa estar empenhado na divulgação da pluralidade da cultura (e não adotar uma visão unitária), problematizando as relações sociais e as instabilidades e desarmonias da sociedade. Como uma proposta inclusiva o multiculturalismo espera e exige dos profissionais envolvidos com a educação a construção de propostas educacionais que superem os erros promovidos pela escolarização ao longo da história.

Tal empreendimento, para Popkewitz (2002), “[...] implica a tarefa paradoxal de nos colocarmos na história de forma que nós, coletivamente, através de nossas ações no presente, alteremos a causalidade que organiza as construções de nossos “eus” e, nesse processo, possamos abrir novos sistemas de possibilidades para nossas vidas coletivas e individuais” (p. 207).

Como diz Muramoto (1991), “[...] a escola, pela natureza dos processos que aí ocorrem ao lidar com gente e com conhecimentos social e historicamente produzidos, é um *locus* privilegiado para o ensaio de formas mais democráticas de convivência, que possibilitem uma participação mais real dos sujeitos envolvidos, com significação pessoal, social e política, para eles”(p. 46).

Neste sentido, o pedagogo, considerando os mais diversos contextos educacionais e atuando numa perspectiva que leve em conta os

multiculturalismo, precisa desenvolver projetos educativos que tornem “[...] mais visíveis e audíveis os rostos e as vozes que têm sido marginalizadas na sociedade e na escola” (MOREIRA, 2001, p.67).

Conjugado a isso torna-se indispensável reconhecermos que as leis governamentais, como por exemplo no caso da inclusão, indicam que a criança com necessidades especiais deve integrar-se à escola regular, mas, na prática dos sistemas de ensino verifica-se muitas dificuldades como a falta de formação dos professores, a insuficiência de recursos materiais etc. para a efetivação e implementação da legislação e do respeito aos direitos dos cidadãos. Tais aspectos refletem a dificuldade de que ocorram efetivamente intervenções significativas e multiculturais, intensificando ainda mais a necessidade de uma formação mais global e crítica que permita ao pedagogo enfrentar e superar estas barreiras.

## **REFERÊNCIAS**

BUJES, M. I. E. **Em busca de sentidos para o currículo e para a avaliação na Educação Infantil**. Texto apresentado no Seminário Nacional de educação Infantil do SESI: Identidade na diversidade. Belém, Pará, 1998. Texto digitado.

MOREIRA, A. F. Currículo, diferença cultural e diálogo. **Revista Educação e Sociedade**. V. 23, n. 79, Campinas, ago. 2002. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 06 de outubro de 2006.

\_\_\_\_\_. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, p. 65-81, 2001.

MURAMOTO, H. M. S. **Supervisão da escola, para que te quero?: uma proposta aos profissionais da educação na Escola Pública**. São Paulo: Iglu, 1991.

OLIVEIRA, O. V. de; MIRANDA, C. Multiculturalismo crítico, relações raciais e política curricular: a questão do hibridismo na Escola Sarã. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 67-81, 2004.

POPKEWITZ, T. S. História do Currículo, Regulação Social e Poder. In: SILVA, T. T. da. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAVIANI, D. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna**. São Paulo: Ática, 2001.

VEIGA-NETO, A. De geometrias, currículo e diferenças. **Revista Educação e Sociedade**. V. 23, n. 79, Campinas, ago. 2002. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 06 de outubro de 2006.